

PULSO PÚBLICO

COP 27

CONTEXTO E PARTICIPAÇÃO DO
BRASIL

Novembro de 2022

CONTEXTO

A Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas (United Nations Climate Change Conference - UNCC(COP) 27 acontecerá em Sharm El-Sheik, no Egito, entre os dias 7 e 18 de novembro. A Conferência acontece após a divulgação do relatório das Organizações das Nações Unidas (ONU) que apresentou relatório do cenário mundial de emissões de gases de efeito estufa, em que as previsões de emissão são maiores que as estabelecidas pelas primeiras Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) de 2016.

O objetivo deste documento é apresentar e analisar as ações que o Congresso Nacional e o Governo Federal realizaram como preparação para o evento. Devido ao período eleitoral, as atividades parlamentares foram quase paralisadas, o que impediu grandes avanços nas discussões e nos projetos relacionados a Mudanças Climáticas nos últimos dois meses. Ao final do documento, apresentamos também um pequeno panorama referente à Convenção de Diversidade Biológica da ONU (COP-15) e à Convenção de Ramsar.

Em abril deste ano, o Governo Federal apresentou sua terceira NDC, formalizando os compromissos que foram firmados durante a COP 26. **Dentre eles a redução de emissão de gases do efeito estufa, com referência ao ano de 2005, em 37% até 2025 e 50% até 2050.** Contudo, a NDC é bastante criticada pela Sociedade Civil Brasileira pela alteração na do ano base do cálculo -"pedalada climática"-, pela falta de transparência em sua construção e pela falta de explicações de como serão implementadas em tempo hábil.

Além disso, os índices de desmatamento na região amazônica têm aumentado consistentemente desde a posse do atual presidente. O número de queimadas na região é o maior em 15 anos e, até o mês de setembro, já havia sido desmatada a mesma área que todo o ano de 2021.

DE GLASGOW (COP 26) A SHARM EL-SHEIK (COP 27)

A COP-26, realizada em Glasgow no ano passado, terminou com o Pacto de Glasgow, documento assinado pelos países participantes com os compromissos estabelecidos.

A centralidade do debate esteve em torno do Mercado de Carbono, com a aprovação das regras do art. 6 do Acordo de Paris, que aprovou proposta encabeçada pelo Japão, e apoiada pelo Brasil, para eliminar a chance de dupla contagem e instituição do mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL), de maneira a permitir que países ricos flexibilizem suas obrigações por meio da compra de créditos de carbono de países pobres.

Alguns outros avanços foram as propostas de **redução gradual no uso de carvão e combustíveis fósseis**, de modo a acelerar a transição energética limpa. Apesar de ainda tímido, esse compromisso é tido como um avanço histórico, uma vez que a conferência nunca havia feito, dessa forma, menção ao papel dos combustíveis fósseis na crise climática. Para mais, também foi assinado acordo para tentar garantir o cumprimento da meta de limitar o aquecimento em 1,5°C a nível global e para redução de emissões de gases de efeito estufa, em 45% até 2030 e neutralidade de emissões até 2050. Algumas decisões setoriais relacionadas a florestas e uso da terra, automóveis e metano, com meta para redução das emissões em 30% até 2030, também foram estabelecidas.

Outros pontos foram insuficientemente dialogados na última COP, com destaque para o financiamento para minimização de impactos ambientais por parte dos países desenvolvidos. Houve o reconhecimento do não cumprimento da meta assumida em 2009, para destinação de US\$ 100 bilhões por ano.

Em Glasgow, a decisão tomada adia para 2025 o cumprimento dessa meta, sem atualização devida nos valores a serem repassados. Ainda, o sentimento foi de frustração, em especial para os países vulneráveis, em relação ao bloqueio a uma proposta de fundo para compensação de perdas e danos ocasionados por eventos climáticos extremos.

Para a COP-27, **espera-se que haja continuidade no olhar sob a perspectiva entre os países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento, sobretudo pensando em justiça climática**. As discussões sobre financiamento de recursos, por parte dos países ricos, para garantia de meios de implementação das metas do Acordo de Paris deverá ser assunto prioritário na COP, assim como também deverá ser central a discussão sobre recursos para reparação de perdas e danos, em continuidade ao que se tentou estabelecer no ano passado.

Para além disso, há expectativa de que o evento envolva muito de implementação e monitoramento, com considerações dos países acerca do cumprimento dos compromissos assumidos. Espera-se que diálogos técnicos sobre balanço global apareçam com frequência, em uma avaliação sobre os objetivos do Acordo de Paris, por parte de cada país. Dois pilares importantes na discussão também são **mitigação e adaptação**, com expectativas de estabelecimento de metas globais e compromissos mais claros sobre as atualizações das NDCs.

Mercado de carbono será ainda um tema bastante discutido, sobretudo a respeito de decisões para detalhamento do processo, bem como infraestrutura de transparência, registro, contabilidade e revisão de informações com base na Conferência de Bonn. Outras discussões deverão acontecer em torno de transparência, compliance, gênero, capacitação técnica, conscientização climática e transferência de tecnologia.

Por fim, outro aspecto importante para a agenda da COP-27 será diferenciar compromissos oficiais pactuados pelos países de acordos paralelos com governos e setores privados. Essa diferenciação se fará necessária neste ano, uma vez que ano passado foram diversos os acordos paralelos firmados, iniciativa entendida, pelos países em desenvolvimento, como responsável por desviar o foco das pautas mais importantes do evento, aquelas nas quais os esforços de negociação deveriam se concentrar.

PODER EXECUTIVO BRASILEIRO

Como resposta às diversas críticas recebidas internacionalmente, o Governo Brasileiro criou, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), quatro grupos de trabalho para dar prosseguimento às discussões realizadas durante a COP-26. São eles:

1. Resolução CDSA/Mapa 1/2021 - Grupo de Trabalho sobre o Artigo 6º do Acordo de Paris e Financiamento
2. Resolução CDSA/Mapa 2/2021 - Grupo de Trabalho sobre Florestas e Biodiversidade
3. Resolução CDSA/Mapa 3/2021 - Grupo de Trabalho sobre Mitigação de Metano na Agropecuária Brasileira
4. Resolução CDSA/Mapa 4/2022 - Grupo de Trabalho sobre Mudança de Uso de Solo e Conformidade Ambiental

Durante o ano, entramos em contato com os responsáveis, por diversas vezes, para ter acessos às discussões realizadas pelo Grupos de Trabalho, mas não obtivemos nenhum retorno. Analisando as agendas de algumas autoridades dos MAPA e do Ministério do Meio Ambiente (MMA), localizamos reuniões do GT sobre o artigo 6º de do Acordo de Paris, que foram realizadas nos dias 08/02, 10/02, 11/05, 28/07, 23/08, 01/09, 15/09, 22/09 e 06/10.

As informações foram publicizadas na agenda de **Mariana Lopes**, Diretora de Clima da Secretaria de Clima e Relações Internacionais e ex-chefe do gabinete do MMA, e **Fernando Sardenberg Zelner Gonçalves**, Secretário-Adjunto de Comércio e Relações Internacionais do MAPA. Entramos em contato com ambos, mas não obtivemos acesso às atas das reuniões.

Durante a COP 26, a criação de um mercado regulado de carbono em âmbito mundial foi considerado por muitos o maior avanço nas discussões da Conferência do Clima de Glasgow, permitindo que créditos sejam comercializados entre países. Para tanto, foi defendida a necessidade de critérios de transparência na produção do crédito de carbono, permitindo a rastreabilidade e assegurando a sustentabilidade do mesmo. O primeiro passo para ingressar neste mercado internacional é a construção de um mercado nacional de carbono.

O Brasil avançou nesta discussão com a publicação do Decreto 11.075/2022, que estabelece os procedimentos para a elaboração dos Planos Setoriais de Mitigação das Mudanças Climáticas, institui o Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa e altera o Decreto 11.003/2022. Porém, o texto não agradou nenhum ator envolvido na discussão, como ambientalistas, setores da indústria e o próprio Congresso Nacional, uma vez que o poder legislativo discute o assunto desde o começo do ano passado.

A principal iniciativa é, atualmente, o [PL 2148/2015](#), do dep. Jaime Martins (PSD/MG), que estabelece redução de tributos para produtos adequados à economia verde de baixo carbono, ao qual foi apensado o [PL 528/2021](#), que regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), que teve a tramitação em regime de urgência aprovada no dia 03/11/2021, durante a COP 26.

Carla Zambelli (PL/SP), relatora do PL no plenário, apresentou, também em maio deste ano, o terceiro relatório de plenário do projeto, que foi construído conjuntamente com diferentes atores da sociedade. Isso explica a insatisfação pelo atravessamento por parte do Governo Federal na publicação do decreto. Como agravante soma-se o fato que Decretos são um tipo de legislação que pode ser revogada a cada governo, diferentemente de projetos de lei, o que gera instabilidade.

Outra medida construída pelo Governo Federal é o Programa Nacional de Redução de Metano de Resíduos Orgânicos – Metano Zero, um dos carros chefes do Ministério do Meio Ambiente. Tanto a emissão de metano quanto a de carbono serão certificadas pelo Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa (Sinare).

Outro ponto central na COP 27 será a transição energética no mundo, dos combustíveis fósseis para matrizes de energia limpa. Neste assunto, o Brasil ocupa uma posição favorável diante o mundo, uma vez que a maioria de sua matriz energética é considerada limpa, além de estar investindo em outras fontes alternativas como o hidrogênio verde e energia eólica offshore.

Contudo, na contramão das próprias contribuições nacionalmente determinadas, o Brasil adotou duas medidas polêmicas no Campo energético. Durante a tramitação do Projeto de Lei da Eletrobrás, inclui-se e aprovou-se uma emenda que determina a inserção de 8 Gigawatts de energia produzida por termelétricas no Sistema Interligado de Energia (SIN) entre os anos de 2026 e 2030. O “jabuti” no texto da privatização vai contra as ações de transição para energia limpa, uma vez que fomenta a produção de energia termelétrica.

Outra ação desfavorável a redução de emissões no Brasil foi a aprovação da [Lei 14.299/2022](#), que altera as Leis 10.438/2002, e 9.074/1995, para instituir subvenção econômica às concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica de pequeno porte; cria o Programa de Transição Energética Justa (TEJ); e dá outras providências. Esta lei prorroga a autorização de produção do Complexo Jorge Lacerda, a maior usina de carvão mineral do país, incentivando a produção de carvão mineral no país.

Em pronunciamentos internacionais, a posição do governo brasileiro tem sido a de destacar a rigidez da legislação ambiental brasileira, destacando o Código Florestal aprovado em 2012. Contudo, Organizações da Sociedade Civil em defesa do meio ambiente criticam a implementação do Código Florestal e do Cadastro Ambiental Rural (CAR). A alegação é que eles não são aplicados corretamente e, por isso, a legislação não funciona e não deve ser destacada.

Além disso, o Governo Federal também apresenta dados da produção agropecuária brasileira, argumentando que o país é responsável por alimentar o mundo devido ao tamanho da produção de commodities.

Com a vitória de Lula da eleição no último domingo (30/10), será enviado para o evento uma delegação do governo de transição, com a presença do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Dentre as propostas do futuro governo está a de reassumir o protagonismo na discussão climática no mundo, posição ocupada até 2018. Assim, o comparecimento na Conferência do Clima será a primeiro passo para reinserção no cenário mundial.

AGENDA DO EXECUTIVO

Na tentativa de entender as ações do Poder Executivo, sistematizamos os principais encontros das autoridades brasileiras sobre a COP-27, analisando a agenda de 16 Ministros, Secretários ou Diretores de 3 ministérios. A escolha se deu pelo envolvimento com a agenda ambiental nacional e internacional prevista ao cargo.

No caso do MAPA, a escolha se deu por serem os coordenadores dos GTs supracitados. Foram selecionados apenas eventos que citassem COP 26 ou COP 27. Foram excluídos aqueles eventos que mencionasse apenas a pauta do Mercado de Carbono, pois foi uma agenda bastante intensa de discussão ao longo do ano e deixaria o documento bastante alongado.

Ressaltamos que na Agenda do Ministro do MAPA na agenda de todos ministros do MRE não constavam eventos sobre a COP 27 ou 26. O último levantamento foi feito no dia 18/10, então pode haver informações ausentes após esta data. As seguintes autoridades tiveram suas agendas analisadas.

Ministério das Relações Exteriores (MRE)

- Embaixador Carlos França, Ministro do MRE;
- Embaixador Fernando Magalhães, Secretaria-Geral das Relações Exteriores;
- Embaixador Paulino Neto, Secretaria de Assuntos Multilaterais Políticos;

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA):

- Marcos Montes, Ministro do MAPA;
- Alexandre Barcellos, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Das Cadeias Produtivas
- Fernando Sardenberg Zelner Gonçalves, Secretário Adjunto da Secretaria De Comércio e Relações Internacionais
- Jaine Ariely Cubes, Diretora Regularização Ambiental
- Fabiana Villa Alves, Diretor do Departamento De Produção Sustentável e Irrigação

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

- Joaquim Leite, Ministro do MMA
- Felipe Ribeiro de Mello, Secretário-Executivo do MMA
- Marcelo Donnini Freire, Ex- Secretário Adjunto de Clima e Relações Internacionais e atual Secretário da Amazônia e Serviços Ambientais
- Beatriz Maria Millet, Secretaria de Biodiversidade
- André Luiz Felisberto França, Secretaria de Qualidade Ambiental
- Olivaldi Alves Borges Azevedo, Secretaria de Áreas Protegidas
- Marcus Henrique Morais Paranaguá, Secretaria de Clima e Relações Internacionais
- Mariana Lopes, ex-Chefe de Gabinete do MMA e atual Diretora de Clima e Relações Internacionais
- Marta Lisli de Ribeiro Giannichi, ex-Secretária da Amazônia e Serviços Ambientais

Tabela das agendas

DATA	PAUTA DO EVENTO/REUNIÃO	PARTICIPANTES
18/01	MAPA e engajamento pós UN FSS e COP26 - Grupo de Trabalho Conjunto em Agricultura Koronivia no âmbito da UNFCCC Compromisso de Redução de Metano e conexão com a agenda de Sistemas Alimentares	Fernando Gonçalves CEBDS -
27/01	Dveto sobre "Major Economies Forum on Energy and Climate"	Joaquim Leite Marcus Paranaguá, Secretário de Clima e Relações Internacionais Marcelo Freire, Secretário Adjunto de Clima e Relações Internacionais John Kerry - Secretário Especial do Governo Americano para o Clima (Virtual)
01/02	Pauta Projetos no Brasil e diálogo sobre possíveis projetos comuns.	Sr. Alok Sharma - Presidente da COP 26 Joaquim Leite Marcus Paranaguá, Secretário de Clima e Relações Internacionais Marta Giannichi, Secretária da Amazônia e Serviços Ambientais
08/02	1ª Reunião do GT do Artigo 6º do Acordo de Paris	Vanessa Prezotto Silveira - Chefe da ASSAMB/MAPA Cleber Oliveira Soares - Secretário Adjunto/SDI/MAPA João Francisco Adrien - Diretor - DRA/MAPA Wilson Vaz/MAPA Gustavo Mozzer/Embrapa Fernando Gonçalves
10/02	Reunião de acompanhamento do GT pós COPS 26	Cleber Oliveira Soares, Secretário-Adjunto da Secretaria de Inovação-SDI/MAPA Alexandre de Oliveira Barcellos, Diretor Departamento de Desenvolvimento-SDI/MAPA Eleneide Doff Sotta, Chefe de Divisão de Clima e Agropecuária Sustentável - SDI/MAPA Fabiana Villa Alves, Coordenadora -Geral de Mudanças Climáticas-CGMCAC/SDI Fernando Sardenberg Zelner, Assessor Especial da Ministra João Francisco Adrien, Diretor de Regularização Ambiental-SFB/MAPA Karen Maravalha Santos, Assistente da Assessoria Especial -ASSAMB/GM Marcella Alves Teixeira, Coordenadora-Geral de Produção Animal - CGPA/SDI Luis Eduardo Pacifici Rangel ,Diretor de Programa da Secretaria Executiva/MAPA Kleber Souza dos Santos, Auditor Fiscal Federal Agropecuário Mariane Crespolini, Diretora Departamento de Produção/MAPA Fernando Gonçalves
16/02	Pauta Reunião sobre compromissos do Brasil na COP26	Representante do TCU Marcelo Doninni
17/02	Reunião entre TCU e MMA: Compromissos do Brasil na COP 26	Marcelo Doninni
28/03	Reunião com o Sr. Alok Sharma - Presidente da COP 26	Joaquim Leite Marcus Paranaguá, Secretário de Clima e Relações Internacionais
29/04	Pauta Convite da Reunião Ministerial de Implementação que ocorrerá nos dias 12 e 13 de Maio de 2022 em Copenhagen.	Marcus Paranaguá Embaixada Real da Dinamarca, Ministra-chefe Mette Strand Gjerloff
11/05	CIMV - Planejamento do GT- ART6	Mariana Lopes
12/05	Reunião Dinamarca - COP 27	Marcus Paranaguá

25/05	Abertura e palestra no Seminário de Inovação e Sustentabilidade - COP26 - Desafios e oportunidades de um mundo em transição, realizado pela OCB	Joaquim Leite Alexander Fortes do Nascimento, Assessor Especial; Laura Abba, Assessora Especial
07/06	Pauta COP 27 no Egito	Joaquim Leite Laura Abba, Assessora Especial do MMA Guilherme Bromberg, Assessor Especial do MMA Robson Andrade, Presidente CNI Mônica Messenberg, Diretora de Relações Institucionais da CNI David Bomtempo, Gerente Executivo de Meio Ambiente CNI
13/06	COPs das convenções de Basileia, Roterdã e Estocolmo.	André França
14/06	COPs das convenções de Basileia, Roterdã e Estocolmo.	André França
15/06	COPs das convenções de Basileia, Roterdã e Estocolmo.	André França
16/06	COPs das convenções de Basileia, Roterdã e Estocolmo.	André França
17/06	COPs das convenções de Basileia, Roterdã e Estocolmo.	André França
21/06	Reunião presencial para apresentação sobre Report sobre a pré COP27	Mariana Lopes
22/06	Reunião presencial para apresentação sobre Report sobre a pré COP27	Mariana Lopes
06/07	Reunião sobre a COP 27	Mariana Lopes
07/07	Reunião do Grupo de Trabalho de Combate ao Desmatamento, com a participação do	Marcus Paranaguá Secretário do Governo Americano para o Clima John Kerry Felipe de Mello Joaquim Leite
13/07	Reunião sobre Cop 27	Representantes da CNI; CNA; e APEX. Joaquim Leite
13/07	Reunião sobre o Evento Cop 27	Marcelo Doninni
27/07	Recepção na Embaixada do Egipto, por ocasião Data Nacional	Marta Giannichi, Sec. da Amazônia e Serviços Ambientais Marcelo Freire, Secretário Adjunto Joaquim Leite
28/07	Reunião preliminar para discutir pauta e forma de trabalho do GT do Art. 6 Acordo de Paris.	Mariana Lopes
04/08	Despacho sobre COP 27	Beatriz Millet
04/08	Reunião sobre COP 27	Marcelo Doninni

11/08	Reunião sobre COP 27	Marcelo Doninni
11/08	Pauta: Reunião sobre COP27	Ministro Joaquim Leite, Marcus Paranaguá, Marcelo Freire, Beatriz Milliet, Laura Abba, Vera Stumm, Monica Robinson, Beatriz Millet
11/08	Reunião sobre COP 27	Marcus Paranaguá
15/08	Reunião sobre COP 27	Marcelo Doninni Mariana Lopes
19/08	Continuidade da reunião sobre organização da COP 27	Mariana Lopes Marcelo Doninni
23/08	Reunião MMA e ME (Pauta: GT-ART6)	Mariana Lopes
23/08	Reunião com Sr. Alok Sharma, Presidente da COP 26 - online	Joaquim Leite
24/08	Reunião com Secretários de Estado de Meio Ambiente do Amazonas e Mato Grosso Força Tarefa dos Estados da Amazônia Pauta Agenda de atividades da área ambiental para o 2o semestre e COP27	Marta Giannichi – Secretária da Amazônia e Serviços Ambientais Secretários Mauren Lazzaretti, Secretária de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso Eduardo Costa Taveira, Secretário de Estado do Meio Ambiente do Amazonas Carlos Aragon, Joaquim Leite
24/08	Pauta COP 27	Reunião com o Ministro das Relações Exteriores, Carlos França Joaquim Leite
25/08	Pauta COP27	Joaquim Leite
25/08	Reunião sobre COP 27	Marcelo Doninni
25/08	Pauta COP27	Joaquim Leite Reunião de Comunicação: CNI - CNA - APEX - BNDES
26/08	Reunião sobre COP 27	Marcelo Doninni
01/09	Reunião GT CIMV Art. 6º do Acordo de Paris	Mariana Lopes
14/09	Reunião de conteúdo - COP27	Sibelle silva Cleber Oliveira Soares Renata Bueno Miranda Alessandro Cruvinel Fidelis Fabiana Villa Alves nelson.filho Alexandre Barcelos
14/09	Reunião sobre COP27	Marcelo Doninni(Secretaria Amazonia)
14/09	Reunião sobre COP27	Participante(s) Marcelo Freire, Secretário da Amazônia e Serviços Ambientais Vera Stumm, Assessora Especial Laura Abba, Assessora Especial Mônica Robinson, Assessora do Ministro Leilane Boni, Chefe do Cerimonial Joaquim Leite
15/09	4ª Reunião GT CIMV Art. 6º do Acordo de Paris	Mariana Lopes
19/09	Reunião preparatória sobre COP27	Mariana Lopes
22/09	Reunião Posicionamento MAPA COP27	Mariana Lopes

22/09	Reunião virtual do GT CIMV Art. 6° do Acordo de Paris	Mariana Lopes
28/09	27ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e do Acordo de Paris	Marcus Paranaçuá
28/09	Reunião sobre a COP 27	Mariana Lopes
29/09	Reunião DCL/SCRI e ABAL sobre Protocolo de Intenções para redução de emissões e COP 27	Mariana Lopes
29/09	Reunião interna sobre COP27	Joaquim Leite Vera Stumm, Assessora Especial Julia Rodrigues, Chefe da Assessoria de Comunicação
06/10	Reunião GT CIMV Art. 6° do Acordo de Paris	Mariana Lopes

DELEGAÇÃO BRASILEIRA DO PODER EXECUTIVO

Apresentamos abaixo a lista de representantes do Governo Federal que receberam licenças publicadas no Diário Oficial da União para participarem da Conferência do Clima do Egito. A última atualização da tabela foi feita em 01/11.

Cabe destacar que representantes do governo de transição deverão comparecer à COP 27. O governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), convidou o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, para integrar a comitiva brasileira. A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, chegou a acenar a presença de Lula na Conferência. Além dele, especula-se que podem ir ao evento a deputada federal eleita, Marina Silva, e o coordenador de campanha do PT, Aloizio Mercadante.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Júlia Rodrigues

Chefe da Assessoria de Comunicação Social

Oswaldo Antônio Pinheiro Silva

Assessor Especial do Ministro

Marcus Henrique Morais Paranaguá

Secretário de Clima e Relações Internacionais

Marcelo Donnini Freire

Secretário Nacional da Amazônia e Serviços Ambientais

Adriano Santhiago De Oliveira

Analista Ambiental, da Secretaria de Clima e Relações Internacionais

Adriana Brito da Silva

Coordenadora de Projeto, da Secretaria de Clima e Relações Internacionais

Mariana Miranda Lopes

Diretora, da Secretaria de Clima e Relações Internacionais

Carina Dolabella Pereira

Gerente de Projeto, da Secretaria de Clima e Relações Internacionais

Laura Andrea Chinaglia Abbá

Assessora Especial do Ministro

Mônica Regina Robinson

Assessora do Ministro

Felipe Ribeiro De Mello

Secretário-Executivo

Julie Messias e Silva

Diretora do Departamento de Ecossistemas

Monique Sacardo Ferreira

Analista Ambiental da Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais

Clarisse Elizabeth Fonseca Cruz

Diretora do Departamento de Conservação Florestal e Serviços Ambientais

João Raphael Gomes Da Silva Oliveira

Gerente de Projetos, da Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais

Marco Antonio Fujihara

Coordenador-Executivo do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Fernando Sardenberg Zelner Gonçalves

Secretário Adjunto de Comércio e Relações Internacionais

Pedro Alves Corrêa Neto

Cargo Comissionado, lotado no Gabinete da Diretoria Geral do Serviço Florestal Brasileiro - SFB

Cleber Oliveira Soares

Secretário-Adjunto de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação, cedido pela Embrapa

Rejane Marques Mendes

Coordenadora-Geral de Gestão do CAR, do Quadro Permanente deste Ministério

Jaine Ariély Cubas

Diretora de Regularização Ambiental

Marcelo Augusto Boechat Morandi

Pesquisador, lotado na EMBRAPA Meio Ambiente

Fabiana Villa Alves

Diretora do Departamento de Produção Sustentável e Irrigação, Cedida pela Embrapa

Eleneide Doff Sotta

Pesquisadora cedida pela EMBRAPA

Alessandro Cruvinel Fidelis

Coordenador-Geral, na Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação

Sidney Almeida Filgueira De Medeiros

Quadro Permanente deste Ministério

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Raquel Breda dos Santos
Coordenadora Geral de Instituições Globais de Desenvolvimento da Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais

Fabio Almeida Abrahão
Diretor

Fabio Rego Ribeiro
Chefe de departamento

Bruno Caldas Aranha
Diretor

Gustavo Henrique Moreira Montezano
Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Marta Lisli Ribeiro de Moraes Giannichi
Assessora do presidente

Júlio Costa Leite
Superintendente

Francisco Lourenço Faulhaber Bastos Tigre
Diretor

Daniel Silveira Barreto
Superintendente

Alexandre Xavier Ywata De Carvalho
Secretário Especial de Produtividade e Competitividade

Carlos Henrique Ribeiro De Carvalho
Subsecretário de Economia Verde da Secretaria de Desenvolvimento da Indústria

Glenda Bezerra Lustosa
Secretária de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade

Daniella Marques Consentino
Presidente da Caixa Econômica Federal

OUTROS

Paulo César Alvim
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações

José Carlos Oliveira
Ministro de Estado do Trabalho e Previdência

Daniel de Oliveira Sobrinho
Membro do Sistema Confea/Crea

José Miguel de Melo Lima
Membro do Sistema Confea/Crea

Andrea Brondani da Rocha
Membro do Sistema Confea/Crea

Rabah Mohamed Awadalla Rabah Abdelgawad
Membro do Sistema Confea/Crea

Lúcio Silva de Souza
Membro do Sistema Confea/Crea

Andrea Souza Santos
Professor do Magistério Superior Educação

Lucas Oliveira de Sousa
Comitiva do Estado de Mato Grosso (UFMT)

Emilio Lèbre La Rovere
Professor do Magistério Superior

Suzana Kahn Ribeiro
Professor do Magistério Superior

Analy Castilho Polizel de Souza
Professora Doutora da Universidade Federal de Rondonópolis

Tomás Dias Sant'ana
Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Vinicius Scofield Siqueira
Coordenador de Assuntos Internacionais

Bernardo Sylvio Milano Netto
Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

Juliano Baiocchi Villa-Verde De Carvalho
Subprocurador-geral da República e Coordenador da Câmara de Meio Ambiente do Ministério Público Federal

Luiz Augusto Santos Lima
Subprocurador-geral da República e Coordenador da Câmara de Defesa do Consumidor do Ministério Público Federal

Marcos De Araújo
Secretário Especial de Articulação Social da Secretaria de Governo da Presidência

Gabriela Honnicke Antunes
Coordenadora-Geral de Articulação com Organizações Internacionais

Bertha De Melo Gadelha Abreu
Assessora Ministro de Estado do Trabalho e Previdência

PODER LEGISLATIVO BRASILEIRO

Em 2021, faltando aproximadamente um mês para a Conferência, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) já havia realizado 2 audiências públicas para debater a posição brasileira na COP 26 e 2 audiências públicas sobre o Mercado Regulado Nacional de Carbono. Além disso, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) também havia realizado uma audiência pública sobre a COP 26. Além da CMADS e da CREDN, a Comissão de Minas e Energia (CME), a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) e a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional (CINDRA) protocolaram requerimentos para compor a comitiva brasileira na Conferência. Além disso, também foi realizada reunião da Comissão Geral na Câmara para debater o tema.

Sobre a COP-27, até o momento, como atividade legislativa, foi realizada, pelo Senado Federal, a Sessão de Debates Temáticos no dia 13/09. Além disso, há requerimento da CMADS e da Comissão de Minas e Energia (CME) para formação de comitiva no evento. Não foram realizadas discussões em Comissões Parlamentares da Câmara dos Deputados.

Senado Federal

sen. Giordano (MDB/SP)
sen. Fabiano Contarato (PT/ES)
sen. Jaques Wagner (PT/BA)
sen. Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)
sen. Fabiano Contarato (PT/ES)
sen. Fabiano Contarato (PT/ES)
sen. Irajá (PSD/TO)
sen. Eliane Nogueira (PP/PI)
sen. Jean Paul Prates (PT/RN)

Câmara do Deputados

Comitiva da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)
Comitiva da Comissão de Minas e Energia (CME) (*pendente aprovação de requerimento*)

Apesar de ter protocolado requerimento para ir ao evento, a sen. Eliziane Gama (CIDADANIA/MA) não irá à COP 27. Há ainda nomes que sinalizaram a intenção de ir, mas que não solicitaram licença de afastamento até o momento. São eles os deputados: Bacelar (PV/BA), Rodrigo Agostinho (PSB/SP), Nilto Tatto (PT/SP). O presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), também deverá compor a comitiva parlamentar, assim como esteve presente na COP 26. Por fim, o Requerimento da CME ainda não foi deliberado, então pode ser que não haja tempo hábil para a aprovação já que não reunião agendadas e a conferência começa no próximo final de semana.

O papel dos parlamentares na COP 26 foi bastante importante para apresentar no cenário internacional o contraponto à política anti ambiental de Jair Bolsonaro. Por exemplo, a sen. Eliziane Gama (CIDADANIA/MA) que apresentou o Relatório de Avaliação de Políticas Climáticas e de Prevenção e Controle do Desmatamento no Período de 2019-2021.

Na mesma linha do ano passado, os parlamentares devem aproveitar a visibilidade da Conferência para denunciar a tramitação do "Pacote da Destruição", como é conhecido entre os ambientalistas. Os projetos de lei em questão são:

- [PL 510/2021](#), que dispõe sobre Regularização Fundiária
- [PL 2159/2021](#), que dispõe sobre Licenciamento Ambiental
- [PL 1459/2022](#), que dispõe sobre Agrotóxicos

Em comum, os três projetos flexibilizam as leis ambientais no país, facilitando a aprovação de agrotóxicos, anistiado e incentivando a grilagem de terras na Amazônia e fornecendo licenças sem a fiscalização de órgãos ambientais. Estes projetos de lei estão em tramitação no Senado Federal e já foram aprovados na Câmara dos Deputados.

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou, no início deste ano, a fiscalização da política pública de regularização fundiária no país. O resultado é o relatório apresentado pelo sen. Fabiano Contarato (PT/ES), que está pendente de aprovação, mas deve ser aprovado no dia 01/11 e apresentado durante a Conferência do Clima

SOCIEDADE CIVIL, SETOR EMPRESARIAL E GOVERNOS SUBNACIONAIS

Embora o tema da COP 27 venha sendo tratado de maneira marginal pelo Poder Público à nível federal - principalmente se comparado aos esforços mobilizados para a participação na conferência no ano anterior - não são poucos os setores da sociedade se mobilizando para a participação no evento.

Dentre os entes subnacionais, os governos estaduais da Amazônia Legal, que se organizam por meio de consórcio, têm assumido protagonismo em sua participação no evento. Este ano, está previsto um pavilhão de mais de 120m² exclusivamente para esses governos - chamado "Hub da Amazônia Legal" que espera mostrar iniciativas independentes de conservação e restauração do bioma, na expectativa de atrair investimento externo de países do e organismos internacionais. Dentre as prioridades do bloco, está o restabelecimento do Fundo Amazônia, paralisado durante o governo Bolsonaro.

Seis dos nove governadores do consórcio já confirmaram presença do evento: **Gladson Cameli**, do Acre (reeleito pelo PP), **Mauro Mendes**, de Mato Grosso (reeleito pelo União Brasil), **Helder Barbalho**, do Pará (reeleito pelo MDB), **Marcos Rocha dos Santos**, de Rondônia (reeleito pelo União Brasil), **Wanderlei Barbosa**, do Tocantins (reeleito pelo Republicanos), e **Waldez**, o atual governador do Amapá. A participação dos governadores do Amazonas e de Roraima ainda não está definida. Flávio Dino (PSB), senador eleito e atual governador do Maranhão, não deverá participar do evento.

O setor produtivo também deverá marcar presença forte no evento, por meio tanto de empresas quanto entidades patronais - as Confederações Nacionais da Agricultura (CNA) e da Indústria (CNI) - já confirmaram presença no evento. A CNI, por exemplo, pretende levar ao Egito a maior delegação de sua história e apresentar iniciativas inovadoras de descarbonização que estão sendo implementadas pela indústria à nível nacional, e que servem de maneira a ilustrar os pilares da estratégia de baixo carbono estabelecida: transição energética, mercado de carbono, economia circular e conservação florestal. Na COP, as atividades referentes à indústria serão focalizadas nos dias 15 e, em especial, no dia 16 de novembro, quando ocorrerá o evento denominado "Brazilian Industry Day", organizado em cinco painéis: ações para o desenvolvimento do mercado de hidrogênio verde no Brasil; as iniciativas da indústria para uma economia de baixo carbono; contribuições da indústria para a conservação florestal; neutralidade climática; e transição energética.

Já a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) realizou a entrega formal ao governo brasileiro, no último dia 18 de outubro, de documento destacando cinco temas considerados imprescindíveis ao Brasil durante a Conferência: **uma meta quantificada de financiamento climático; a discussão de mecanismos focados em adaptação; a adoção de um plano de ação para agricultura; e, por fim, a operacionalização dos mecanismos de mercado de carbono.** Ainda, foram acrescidas diretrizes gerais para os negociadores brasileiros. A entrega foi realizada durante o seminário denominado "Agropecuária Brasileira no Acordo de Paris", e contou com a presença dos Ministros da Agricultura, Meio Ambiente e Relações Exteriores do Brasil.

O pavilhão destinado às organizações da Sociedade Civil será encabeçado pelo Brazil Climate Hub, iniciativa encabeçada pelo Instituto Clima e Sociedade (ICS), Instituto ClimaInfo e Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). A programação do pavilhão contará com mesas e palestras em quase todos os dias do evento. É importante lembrar que o espaço dedicado à sociedade civil brasileira ocorre pela terceira conferência consecutiva e se iniciou, em meio à COP25, ocasião na qual o governo brasileiro, que iria sediar o evento, declinou o compromisso e deixou de enviar delegação oficial.

CONFLITOS INTERNACIONAIS E A AGENDA AMBIENTAL

No contexto mundial, dois conflitos internacionais devem impactar a discussão durante a COP 27. O primeiro deles é a guerra entre Rússia e Ucrânia, que já dura 8 meses e parece que ainda deve continuar por mais alguns meses. Além de uma clara crise humanitária que opõe a União Europeia e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a guerra escancarou a grande dependência europeia, sobretudo alemã, ao gás natural.

Como forma de forçar o fim do conflito, as potências econômicas ocidentais aplicaram duras sanções econômicas à Rússia, que respondeu cortando o fornecimento de gás natural à Europa, o que forçou a Alemanha a encerrar seus planos de desligar usinas nucleares e forçou o país a aumentar o consumo de Carvão Mineral.

Com a chegada do inverno no hemisfério norte, a expectativa é que o consumo energético aumente consideravelmente, o que deve forçar a Alemanha a consumir mais combustíveis fósseis. Por outro lado, tal processo deve acelerar a transição energética na Europa, já que haverá maior busca por energia limpa.

Além disso, a Rússia, que é uma das cinco maiores emissoras de gases do efeito estufa, já declarou que não conseguirá atingir suas metas de redução de emissão devido à guerra. Desse modo, duas das maiores potências econômicas mundiais encontram-se em posição de difícil negociação frente a outros países.

Além disso, China e os Estados Unidos da América tiveram suas relações diplomáticas estremecidas este ano com a visita da Presidente da Câmara de Representantes dos EUA, Nancy Pelosi, à ilha de Tawain. Os americanos têm acusado a República da China de atentar contra os Direitos Humanos em Hong Kong e Tawain. A posição de neutralidade do governo Chinês frente à invasão ucraniana também incomoda a potência ocidental.

Tawain é visto pela China como território rebelde e considera inaceitável qualquer tentativa de reconhecimento da ilha como um governo autônomo e independente e, com a visita dos americanos, passou a realizar exercícios militares na região taiwanesa. A China chegou a anunciar o rompimento de diálogos bilaterais com os americanos. Nos últimos dias Xi Jinping, presidente da China reconduzido ao cargo, pediu diálogo com os EUA pela paz mundial.

Assim como Rússia e Alemanha, China e Estados Unidos também estão entre os maiores emissores de gases estufa na atmosfera. Com suas relações diplomáticas estremecidas, acordos internacionais com países chave se tornam mais difíceis, apesar de Joe Biden, presidente americano, ter demonstrado sua proximidade com a agenda ambiental.

CDB (COP 15) E CONVENÇÃO SOBRE AS ZONAS HÚMIDAS DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL (RAMSAR)

A Convenção de Diversidade Biológica da ONU, COP 15, ocorrerá em Montreal, no Canadá, duas semanas após a COP 27, entre os dias 5 e 17 de dezembro de 2022. Esta será a segunda parte da Convenção, a primeira, que foi virtual, aconteceu entre os dias 11 e 15 de outubro de 2021, em Kunming, na China. A segunda parte não ocorrerá na China, novamente devido a políticas relacionadas à Covid-19, contudo ainda será presidida pelo país, que irá liderar o cerne das negociações.

No ano passado, foi assinada a Declaração de Kunming, sobretudo para compromisso com a centralidade da proteção dos habitats nas decisões. O governo chinês também anunciou a criação de um fundo para a biodiversidade. O documento, apesar de criticado por não conter metas específicas, pode ser visto como a sinalização de uma intenção e ambição política para a segunda parte da conferência.

Em junho, aconteceu em Nairobi um evento precedendo à COP 15, no qual diversos países se reuniram para negociar as metas a serem pactuadas no Canadá, em especial sobre a Nova Agenda Global de Biodiversidade (GBF) e sobre o uso das informações sobre sequências digitais de recursos genéticos (DSI). Na ocasião, travaram-se embates a respeito da origem dos recursos financeiros de apoio às ações de conservação, sobretudo pensando em termos de norte e sul global.

Um outro ponto é a falta de consenso entre os países acerca de um novo acordo de metas de proteção da diversidade biológica. O clima geral parece ter sido de frustração perante a tentativa de conciliar pontos para o encontro em dezembro, com expectativas de baixo engajamento.

Para dezembro, acredita-se que se as negociações continuarem divididas e sem engajamento suficiente dos governos, o resultado será algum tipo de estrutura de trabalho, mas que não será inovadora e ambiciosa o suficiente para reverter a perda de biodiversidade.

A missão para a COP 15 será em torno de negociar um novo conjunto de metas globais ligadas à natureza e biodiversidade pós-2020, com metas a longo prazo até 2050, e etapas a serem alcançadas até 2030, como a proteção de 30% das terras e oceanos, redução da poluição plástica e agrícola, restauração de ecossistemas e redução do risco de extinção de inúmeras espécies no mundo, por exemplo. Ainda, é esperado também que os diálogos estabelecidos na COP 27, no Egito, tenham impacto sobre o tom da Convenção de Diversidade Biológica.

Sobre a CDB, destaca-se também que, apesar de avanços em algumas áreas, nenhuma das 20 metas de Aichi que haviam sido aprovadas pela convenção em 2010 e adotadas para o período de 2011 a 2020 foram completamente atingidas e 6 foram parcialmente alcançadas, como por exemplo: criação de áreas protegidas, adoção do Protocolo de Nagoya sobre recursos genéticos da biodiversidade, recursos destinados à conservação da biodiversidade.

Um ponto de preocupação para a COP 15 este ano é que acontecerá concomitante à Copa do Mundo, o que pode ser um fator de desmobilização para a convenção, uma vez que o acordo final deverá ser lançado às vésperas da final da Copa, em 18 de dezembro. Para além da Copa, as expectativas também são baixas, seja pela falta de engajamento das lideranças, seja pela dificuldade em se chegar em pontos de convergência.

Sobre a atuação do Brasil, na etapa de negociação em Nairobi, a atuação dos representantes brasileiros, segundo ambientalistas, se deu na tentativa de minar as negociações, na qual foram críticos à proposta da meta 30x30, que prevê 30% de conservação terrestre e marinha até 2030, uma vez que defendem que essas metas sejam nacionais e não globais. Também questionam metas de impactos de setores econômicos e redução no uso de fertilizantes.

Em outros pontos, percebe-se que o Itamaraty tem uma postura construtiva, como a proposta de criação de um Fundo Global para a Biodiversidade, e a criação de um mecanismo global de Pagamentos por Serviços Ambientais. No entanto, o entendimento é que o atual governo não tem compromisso amplo com a proteção da biodiversidade. Para mais, há requerimentos de informação sobre a atuação do Brasil na CDB, que deverão ser respondidos pelos ministérios do Meio Ambiente, Agricultura, Economia e Justiça, até 23 de novembro.

A 14ª Convenção de Ramsar sobre Zonas Úmidas, por sua vez, ocorrerá entre os dias 05 e 13 de novembro, de forma híbrida, em Wuhan, na China e em Geneva, na Suíça. A convenção promove a estrutura para ação nacional e internacional de cooperação para a conservação e uso sustentável das terras úmidas e de seus recursos.

Espera-se que na convenção seja lançada a Declaração de Wuhan, a respeito da coexistência entre humanos e natureza, com um plano global para desenvolvimento e proteção das terras úmidas pós-2025, uma vez que foi traçado um plano estratégico entre 2016 e 2024.

A convenção também deverá promover discussão sobre o estabelecimento de um Centro Internacional de Mangues, visando funcionar como uma base importante e plataforma para cooperação internacional na proteção deste ecossistema, além de discussões sobre resoluções de proteção, administração e restauração das áreas úmidas para pensar em como endereçar a crise climática sob essa perspectiva, por exemplo.

Atualmente, o Brasil conta com 27 sítios de Ramsar, dentre eles o Pantanal matogrossense, o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha e dos Abrolhos, para citar alguns.

PULSO PÚBLICO

The background of the page features several thick, overlapping, curved lines in shades of grey and yellow. These lines create a sense of movement and depth, resembling a stylized network or a series of interconnected paths. The yellow lines are more prominent, especially one that curves from the bottom right towards the center.

Novembro de 2022